

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS TEÓRICOS DESDE A MODERNIZAÇÃO AO “BUEN VIVIR”

COMMUNICATION FOR DEVELOPMENT: THEORETICAL ASPECTS SINCE THE MODERNIZATION TO THE “BUEN VIVIR”

Cicilia Maria Krohling Peruzzo²
Marcelo de Oliveira Volpato³

Resumo

Texto sobre a temática da comunicação para o desenvolvimento. O objetivo é apresentar brevemente as diferentes concepções acerca do desenvolvimento, por meio das principais perspectivas teóricas que embasam o conceito, além de analisar as inter-relações dos aspectos dessas teorias com o tema da comunicação. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que as teorias do desenvolvimento, bem como as propostas da comunicação para o desenvolvimento, são inter-relacionadas com os interesses políticos e econômicos das classes no exercício do poder, em conformidade com o contexto histórico.

Palavras-Chave: Comunicação para o desenvolvimento Comunicação Participativa. Buen vivir.

Abstract

This paper is about the theme of communication for development. The objective is to briefly present the different concepts about development, through the main theoretical perspectives that are in the base of the concept, besides also to analyze the interrelations of the aspects of these theories with the theme of "communication for development". The study uses bibliographical research. It is considered that the theories of development and, consequently, the theories of communication for development are historically interrelated with the political and economic interests of the social classes that are in the exercise of power, in accordance with the historical context.

Keywords: Communication for development. Participatory Communication. Buen vivir.

¹ Versão revista e ampliada de texto originalmente apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora do Programa de Pós-Graduação Social da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo-SP e professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Bolsista por produtividade do CNPq. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

³ Doutorando e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, é Jornalista pela Universidade de Marília e pesquisador do COMUNI – Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local. São Paulo-SP, Brasil. E-mail: volpatomarcelo@gmail.com

Introdução

A discussão sobre as teorias do desenvolvimento, nas Ciências Sociais Aplicadas, não é algo recente, assim como suas relações com a Comunicação, tema que se convencionou denominar de “comunicação para o desenvolvimento” em vários países da América Latina e de outros continentes. Suas origens remontam à década de 1940, no cenário pós Segunda Guerra Mundial.

Ainda que a concepção da expressão remeta ao crescimento e ao progresso, durante a história, diferentes vertentes e correntes foram se apresentando de forma paralela, em contextos diversos, evidenciando nuances, às vezes, distintas.

Inicialmente, o conceito englobava táticas e artifícios para se galgar um novo estado econômico, a ampliação de riquezas e a incorporação de tecnologias mais avançadas etc., como promotoras do desenvolvimento como benefício a todos. Com o passar do tempo, diante das distorções e desigualdades existentes, pois o desenvolvimento não alcançou a todos, já por volta dos anos oitenta do Século XX, paralelamente às visões tradicionais, outras propostas começam a surgir, reconhecendo-se premissas mais holísticas. Neste sentido, observa-se uma ressignificação teórica dos conceitos de desenvolvimento e de comunicação e desenvolvimento.

Recentemente, a discussão sobre o desenvolvimento parece novamente se fortalecer, principalmente, em alguns países da América Latina, onde se observa uma tentativa de renovação crítica da questão, com a filosofia política daquilo que se cunhou pela expressão castelhana *buen vivir* (bem viver), conforme veremos adiante.

Objetivo deste texto é apresentar brevemente as diferentes concepções acerca do desenvolvimento, por meio das principais perspectivas teóricas que embasam o conceito, além de analisar as inter-relações dos aspectos dessas teorias com o tema da “comunicação para o desenvolvimento”. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica⁴, especificamente a partir de obras que trazem ideias e conceitos representativos para este trabalho, portanto, sem recorte temporal ou de base amostral.

Teorias do Desenvolvimento

a) Teoria da modernização

Convém ressaltar que, de início, a palavra desenvolvimento estava ideológica e intimamente ligada à ideia de subdesenvolvimento, no contexto pós Segunda Guerra⁵. Subdesenvolvimento então entendido como estágio inferior, caracterizado pela pobreza e baixas condições de produção de bens, circulação de capital e avanço tecnológico. Como mostra Gustavo Esteva (1996, p. 1), “propomos chamar era do desenvolvimento o período histórico particular que começou em 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman declarou, em seu discurso de posse, pela primeira vez, o Hemisfério Sul como ‘áreas subdesenvolvidas’”.

Havia, desde então, o interesse de expansão de mercado, principalmente na busca por consumidores nas regiões tidas como subdesenvolvidas, sob a promessa de desenvolvê-las. Os Estados Unidos e a União Soviética (URSS), principais potências industriais da época, procuravam converter e transformar as indústrias de guerra em indústrias de consumo, ou seja, buscar mercados capazes de consumir os produtos que produziam.

Assim, sob a influência dos Estados Unidos, o desenvolvimento disseminado “partia da concepção da necessidade da modernização de sociedades vistas como atrasadas ou subdesenvolvidas, tendo como parâmetro os países desenvolvidos” (PERUZZO, 2014, p. 163).

É essa ideia desenvolvimentista que ganha respaldo na teoria da modernização. Com base na premissa de que era preciso modernizar e industrializar os países tidos como subdesenvolvidos, avançava-se – e ainda hoje o faz – implantando empresas e incentivando o consumo, por meio de estratégias investimento de capital, venda de tecnologias e a difusão de informação e de culturas. Neste sentido,

uma de suas premissas principais é que a informação e o conhecimento são, em si, fatores de desenvolvimento, e que as tradições e as culturas locais constituem uma barreira para que os países de Terceiro Mundo alcancem níveis de desenvolvimento similares a aqueles dos países

⁴ O texto segue a ordenação estrutural proposta por Peruzzo (2014), em termos de teorias e concepções de desenvolvimento, além de incorporar as noções mais recentes do *buen vivir*.

⁵ Ver também um breve descritivo histórico sobre desenvolvimento em Raymond Williams (2007, p. 133-136).

industrializados. Por sua vinculação direta com a política internacional do governo dos Estados Unidos, tais modelos têm sido dominantes na cooperação internacional durante várias décadas (GUMUCIO-DAGRON, 2011, p. 28).

Se, por um lado, o objetivo era favorecer a expansão do capitalismo, primando pela expansão de multinacionais, de seus produtos e serviços e ampliando o mercado consumidor, ainda que isso não favorecesse o equilíbrio local de empoderamento coletivo das riquezas produzidas, por outro, eram estratégias para manter a influência dos países industrializados no então chamado Terceiro Mundo, sempre com o objetivo da manutenção de laços políticos e econômicos sob o domínio do capital transnacional.

O paradigma da modernização, portanto apoiou um desenvolvimento baseado no crescimento econômico, tal como esclarece Jan Servaes (2000, p. 9). Nesse raciocínio, para o autor, todas as sociedades evoluíam, se desenvolveriam, passando por etapas similares, até o ponto máximo e comum, tido como sociedade moderna ou desenvolvida. Para atingir esse patamar, seria preciso modificar práticas produtivas e as atitudes das pessoas tidas como “atrasadas” e vistas como os verdadeiros obstáculos para o desenvolvimento. Como bem registrou Conteçote (2015, p. 82), nessa visão, é a modernização no nível individual que corresponde e garante o desenvolvimento no nível social.

Ao considerar que o conhecimento e a tecnologia necessários para o desenvolvimento são um privilégio dos países ricos, seria, portanto a difusão dessas inovações que permitiria uma melhor qualidade de vida dos tidos como mais pobres. Assim, as culturas, tradições e conhecimentos locais são vistos como barreiras que impedem o desenvolvimento econômico. Como mostra Gumucio-Dagron (2011, p. 30),

o argumento central é que os países pobres necessitam ser tecnificados, adquirir nova tecnologia para melhorar sua produção e incrementar seu produto nacional bruto; e para isto, tem que renunciar a suas tradições, já que estas representam um freio ao conceito de desenvolvimento que quer impor o Ocidente. O desenvolvimento é concebido – agora e então – como a necessidade de moldar as nações pobres à imagem e semelhança dos países industrializados.

Esse modelo de difusão ideológico-cultural e de “inovações” se aplicou em diferentes setores da vida humana, sobretudo na agricultura, incluindo as técnicas de cultivo e o uso de agrotóxicos, mas também a produção de alimentos em abundância, a generalização da produção, o incentivo ao consumo de produtos industrializados, o uso indiscriminado de antibióticos, a priorização do leite industrializado em detrimento do materno etc.

De lá para cá, lá se vão algumas décadas, e, apesar desse modelo já ser amplamente criticado e contestado por segmentos da sociedade civil, que, na prática, também forjam metodologias de desenvolvimento de uma nova ordem, essa concepção desenvolvimentista apresenta-se como vigente. Em recente reportagem, o jornal *The New York Times*⁶ denunciou as artimanhas pelas quais multinacionais de alimentos têm procurado expandir seus negócios em países como o Brasil, favorecendo a obesidade e os problemas de saúde de diferentes ordens nessas populações (Como a grande indústria viciou..., 2017).

Portanto, nessa concepção, favorece-se, a qualquer custo, a acumulação de riquezas e um desenvolvimento desigual. Como já explicitamos,

convivem a abundância das classes dominantes, o alto padrão tecnológico na produção industrial e nas indústrias criativas, com a pequena produção informal, além do elevado grau de pobreza das classes subalternas, o que corresponde a baixos índices de capacidade cognitiva, mesmo entre aqueles que frequentam as instituições de ensino (PERUZZO, 2014, p. 165).

Entretanto, em dada altura, por volta dos anos 1980, até mesmo os próprios teóricos e incentivadores da modernização e do difusionismo chegaram a rever, em parte, suas ideias, pensamentos e modelos, principalmente no que se refere à aderência às realidades locais.

Em certa medida, foi a própria história que evidenciou a falácia, as limitações e as contradições dessa concepção de desenvolvimento. Apesar de algum tipo de desenvolvimento nos países, como na industrialização e nos demais fatores ligados à urbanização e modo de vida, o

⁶ Disponível em <<https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>>.

“modelo” não foi capaz de, ao longo do tempo, sustentar a integridade e a equidade sociais dentro dos países e entre as nações. Pelo contrário, ao reforçar o desenvolvimento, ampliou-se a condição de subdesenvolvimento.

b) Teoria da dependência

É exatamente da relação e dependência criada e sugerida entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, vistos como processos inter-relacionados que favorecem dinâmicas de domínio e predomínio de algumas nações sobre outras, que nasce a teoria da dependência. Para Theotônio dos Santos (s/d, p. 8-9), a Teoria da Dependência surgiu na América Latina nos anos 1960 e tenta explicar “as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nesses países. Desde os anos 30, eles haviam se orientado na direção da industrialização caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências imperialistas por uma indústria nacional”.

A teoria é inspirada principalmente pelo norte-americano Paul Barán (1964), para quem os entraves para o desenvolvimento não são aspectos como a falta de capital ou de gestão, como pretendiam assegurar os modernistas.

Como pontua Servaes (2000, p. 13),

isto significa também que o desenvolvimento do centro determina e perpetua o subdesenvolvimento da periferia. Os dois polos estão estruturalmente conectados uns aos outros. Os teóricos da dependência sustentam que, para remover estes obstáculos externos, cada país deveria dissociar-se do mercado mundial e optar por uma estratégia de desenvolvimento autônomo. A maioria dos intelectuais indica que para que isto ocorra seria mais ou menos necessária uma transformação política revolucionária.

Celso Furtado (1973, p. 8) também considerou o “subdesenvolvimento como criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em um grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se havia inserido na revolução industrial na fase inicial desta, ou seja, até fins do século passado [sec. XIX]”.

O conceito de subdesenvolvimento, por sua vez, também traz implícita certa complexidade. Como mostram Cardoso e Faletto (2000, p. 507-508), nesse contexto, o termo surge quando as diferentes economias passaram a ser consideradas em distintas posições no sistema capitalista, o que inclui não só uma diferenciação de etapa, mas de determinação de função. Em outras palavras, representa uma lógica definida de dominação e dependência. Além disso, em alguns casos, o termo também pode ser empregado para se referir a um tipo específico de sistema econômico, com predomínio do setor primário, da concentração de renda e do predomínio do mercado externo sobre o interno.

Essa é a razão, portanto pela qual Servaes (2000, p. 12) defende que a teoria da dependência tem aporte teórico em duas tradições intelectuais, o neomarxismo ou estruturalismo e uma outra originada dos debates sobre o desenvolvimento proposto em torno da Comisión Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Nesse cenário, também entram em cena esforços no debate por uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), que, desde o final dos anos 1960 até 1980, representaram uma tentativa de países não alinhados a criarem alternativas ao desenvolvimentismo apregoado até então, propondo políticas públicas coerentes com seus interesses e realidades.

Nesse sentido, fica claro que essa dimensão de dependência consiste na lógica pela qual ocorrem formas de exploração das economias dependentes ao se vincularem ao modelo internacional – ou estrangeiro – de produção capitalista, optando por adotar suas técnicas e raciocínios de modos de produção social e também mantendo com ele relações financeiras e acordos político-econômicos, além da subserviência política e ideológica. É claro que essas relações e acordos de cumplicidade condicionam o desenvolvimento e foram questionados pelos críticos.

A situação de dependência, portanto pode acontecer em condições distintas, favorecendo, por consequência, diferentes matizes de desenvolvimento. De toda maneira, apesar de uma suposta associação à redistribuição igualitária de renda, por meio da modernização e da industrialização, configuram-se, de fato, relações de exploração entre centro e periferia. Nas palavras de Cardoso e Faletto (2000, p. 500),

a relação entre desenvolvimento e modernização não se verifica necessariamente, se se supõe que a dominação nas sociedades mais desenvolvidas exclui os ‘grupos tradicionais’. Por outro lado, também pode dar-se o caso de que a sociedade se modernize em suas pautas de consumo, educação etc., sem que correlativamente haja uma menor dependência e um deslocamento do sistema econômico da periferia em relação ao centro.

Portanto, se, ainda assim, alguns países compartilharam da ideia de independência formando o Movimento dos Países não Alinhados (MNA), fundado oficialmente em 1961, posicionaram-se, então, pelo desenvolvimento como luta política. Como já discutimos (PERUZZO, 2014, p. 168), se a teoria da dependência não se transformou em “modelo” de desenvolvimento “pelo menos se constituiu em paradigma para municiar a compreensão da realidade e inspirar lutas sociais e políticas com vistas à autodeterminação política, econômica e cultural das nações, especialmente na América Latina”.

c) Teoria do desenvolvimento participativo ou do “outro desenvolvimento”

Se, no decorrer da história, os desenvolvimentos baseados no paradigma da modernização e mesmo na teoria da dependência foram questionados por diversos autores, tanto do ponto de vista teórico-acadêmico, quanto de sua práxis, esse mesmo movimento histórico-social fez por surgir paradigmas alternativos e propostas de “um outro desenvolvimento”, este último articulado de forma pioneira pela Fundação Dag Hammarskjold, na Suécia.

Desenvolvimento participativo, sustentável, humano, local, comunitário, integrado, dentre outros, foram alguns dos termos e vertentes que foram surgindo, trazendo novas propostas, numa tentativa de se promover um desenvolvimento de fato equitativo. Nesse emaranhado de proposições críticas, há correntes conflitantes que, em suma e a *grosso modo*, poderiam ser agrupadas em duas. Uma delas questiona os padrões do desenvolvimentismo e advoga a necessidade de mudança como maior respeito às especificidades regionais e adoção de posturas em prol da sustentabilidade ambiental, social e econômica, mas como forma de garantir as condições de reprodução do capital e com alguma preocupação com o futuro das gerações. No fundo, pretende aperfeiçoar o sistema sem modificá-lo em sua essência. Outra corrente é mais crítica e traz propostas mais transformadoras. Também defende os quesitos da sustentabilidade, mas dá ênfase ao desenvolvimento humano (SEN, 2000) como condição para a transformação das sociedades, além de defender a autonomia dos povos e seu direito de participar (SERVAES, 2000) ativamente na feitura do desenvolvimento⁷.

Enfim, essa última corrente vê uma nova estratégia de desenvolvimento construída de forma participativa, inclusiva, coletiva, autônoma, autóctone e endógena, isto é, forjada no bojo das dinâmicas sociais, respeitando os interesses coletivos.

Segundo Servaes (2000, p. 14), essa proposta de um “outro desenvolvimento” pode ser aplicada em qualquer nível social, não apenas aos pobres ou ao que o autor chama de “mundo alienado”. Pelo contrário, nasce da insatisfação com a “sociedade do consumo” e da crescente desilusão com a modernização. Nesse sentido, esse desenvolvimento a que nos referimos possui três princípios: é gerado para a satisfação de necessidades, começando com a erradicação da pobreza; é endógeno e autônomo; e está em harmonia com o meio ambiente.

Assim, desenvolvimento participativo não é algo pronto ou imposto de “fora para dentro”, mas algo construído, conquistado e que pode se dar em níveis e graus diferentes, podendo chegar à autogestão, conforme já demonstraram autores como Pedro Demo (1988), Juan Bordenave (2007) e Cicilia Krohling Peruzzo (2004). Não se trata, portanto de uma concessão, de algo preexistente ou de uma dádiva disponível para uma parcela de eleitos, mas implica um processo de construção e constante lapidação.

Na perspectiva do desenvolvimento, quando encarado em sua concepção integral, a participação configura-se, então, muito mais como um processo a ser percorrido do que como um modelo. Como explica Contecote (2015, p. 97),

o paradigma do desenvolvimento é o *telos*, o horizonte, o lugar aonde se quer chegar. A modalidade de participação é o *modus*, o caminho, o processo, a forma como será o caminhar para esse horizonte. O paradigma da modernização orienta-se fortemente pelo seu *telos* exógeno, que

⁷ Um avanço nessa perspectiva, que talvez desponte como uma terceira corrente, está na concepção filosófica do do *Buen Vivir*, que será vista mais adiante.

exige um modus da comunicação vertical (participação passiva ou controlada). Já as propostas do outro desenvolvimento orientam-se em função do *modus* da comunicação horizontal (participação-poder), para que comunidades atinjam, de forma autônoma e autodeterminada o progresso que desejarem (*telos*).

Apesar de não apresentar um único padrão, Servaes (2000, p. 14-15) ressalta que esse tipo de desenvolvimento apresenta alguns princípios: a) necessidades básicas: gerado para satisfazer necessidades humanas, materiais e não materiais; b) endógeno: definido a partir do núcleo de cada sociedade, segundo seus valores e sua visão de futuro; c) auto-confiável: quando cada sociedade confia em suas fortalezas e recursos, nas capacidades de seus membros e de seu ambiente natural e cultural; d) ecologia: quando se utilizam os recursos da biosfera de forma consciente e responsável para o local, para o global, para as gerações atuais e para as futuras; e) democracia participativa: como uma democracia verdadeira e não somente um governo do povo e pelo povo, mas “para as pessoas” em todos dos níveis sociais; f) mudanças estruturais: requeridas nas relações sociais, nas atividades econômicas e em sua distribuição espacial, como na estrutura de poder, para alcançar condições de autogerenciamento e participação no processo de decisão por todos os afetados.

No Brasil, nas últimas décadas, este tipo de participação e lógica de desenvolvimento também tem sido construídos e engendrados entre diferentes manifestações de agregação solidária e mobilização popular, inclusive naquelas de

caráter comunitário inovador, capitaneadas por redes de movimentos sociais, associações comunitárias territoriais, associações de ajuda mútua, cooperativas populares, grupos religiosos, grupos étnicos, entre milhares de outras manifestações. Nesse nível, desenvolvem-se práticas coletivas e de organização comunitária, além de elementos de uma nova cultura política, na qual passa a existir a busca pela justiça social e participação do cidadão. Esse tipo de mobilização e articulação popular se diferencia das concepções tradicionais de comunidade porque constrói características comunitaristas inovadoras, e sem o sentido de perfeição atribuído àquelas (PERUZZO; VOLPATO, 2009, p. 144).

Fica claro, portanto, porque se fala em desenvolvimento humano e integral, já que se considera o crescimento e a promoção de competências e habilidades nas diferentes dimensões sócio-humanas e não somente econômicas e de renda. Assim, considera-se inclusive a possibilidade de haver desenvolvimento, mas um “outro desenvolvimento” que considere a sustentabilidade do mundo e o crescimento cognitivo e a felicidade das pessoas como parâmetros.

Voltando à questão do desenvolvimento participativo, torna-se lógico que ele tenha como premissa a própria participação⁸. Não o simples participar, mas o participar com poder de decisão, como diz Peruzzo (2004). Mas esse conceito é complexo⁹ e amplo, podendo ser entendido e aplicado de diferentes formas, desde um nível incipiente, passivo e interessado, até à autogestão. Porém, como mostra Bordenave (2007, p. 26),

o interessante é que a luta pela participação social envolve ela mesma processos participatórios, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos. Concebida a participação social como produção, gestão e usufruto com acesso universal, põe-se a descoberto a falácia de se pretender uma participação política sem uma correspondente participação social equitativa.

A proposta de desenvolvimento participativo, portanto contribui para a promoção da cidadania¹⁰ por vários motivos, mas, principalmente, porque faz com que o sujeito seja senhor de sua realidade, criando condições para transformá-la.

d) O *buen vivir* e uma renovação crítica de desenvolvimento

⁸ Para Bordenave (2007, p. 27-29), há diferentes formas de participar: a) participação de fato; b) participação espontânea; c) participação imposta; d) participação voluntária; e) participação provocada; f) participação concedida. Ver também Carole Pateman (1992) e Leonardo Avritzer (2017).

⁹ Ver Peruzzo (2004, p. 78-81) que analisa a participação a partir de três grandes modalidades: a) participação passiva; b) participação controlada; c) participação-poder.

¹⁰ Ver Vieira (2005).

A expressão *buen vivir* e variações, como *bien vivir*, *vivir bien* e *bem viver*, foram cunhadas, em 1998, a partir de um artigo do filósofo Euclides Mance, de título “A revolução das Redes”, síntese de um livro que seria publicado no ano seguinte, com o mesmo título¹¹. De lá para cá, o termo foi ganhando representatividade e se difundindo, tanto entre intelectuais, pesquisadores, movimentos de cunho social, político e popular, na América Latina, chegando às mobilizações constituintes na Bolívia e no Equador, até que, em 2010, foi considerado como elemento base de uma nova agenda internacional pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre (RS).

Segundo Mance (2015, p. 103), o neologismo bem-viver foi concebido com vistas à construção de sociedades pós-capitalistas, no contexto da filosofia da libertação, como um dos conceitos base da estratégia de organização de redes colaborativas de economia solidária. Nesse sentido, apresenta-se questionando aspectos dos conceitos tradicionais de desenvolvimento, analisando-os criticamente e provocando uma renovação na construção de sistemas, metodologias e indicadores próprios. Como explica Mance (2015, p. 103-104),

a expressão bem-viver, que concebi no seio da filosofia da libertação, qualifica um determinado modo de exercerem-se as liberdades públicas e privadas. Em síntese, compreende-se que a realização das liberdades públicas e privadas exige condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas sem as quais essas liberdades não podem se realizar ou se expandir. E que o sentido da realização dessas liberdades é assegurar sustentavelmente, de maneira ecológica e solidária, o bem-viver de todos.

A concepção do *buen vivir* questiona, portanto as diferentes propostas de desenvolvimento, inclusive aquelas mais abrangentes e de caráter integral. Por mais que essas últimas tenham ampliado a discussão e oferecido inúmeros elementos para uma avaliação mais crítica, são vistas como concebendo o desenvolvimento como progresso linear, em uma perspectiva ocidentalista, ainda contaminada pela dinâmica capitalista. Em outras palavras, questiona-se o conceito de progresso, entendido em uma ótica ainda produtivista e que, até então, não foi capaz de cumprir com a promessa de um desenvolvimento efetivo, nem nos padrões capitalistas com sua sociedade de consumo desmedido, com todas as consequências nocivas à sustentabilidade ecológica e social.

Como explica Alberto Acosta (2011, p. 44), em resumo, o *buen vivir* traz novas bases, com a proposta de

outro modo de vida, com uma série de direitos e garantias sociais, econômicas e ambientais. Isto também é refletido em princípios que se caracterizam pela promoção de uma relação harmoniosa entre os seres humanos, individual e coletivamente, e destes com a natureza. Com o Buen Vivir, pretende-se buscar opções de vida digna e sustentável, que não representam a reedição caricaturizada do estilo de vida ocidental e menos ainda a sustentação de estruturas marcadas por uma enorme desigualdade social e ambiental. Enquanto que, por outro lado, há que se incorporar critérios de suficiência em vez de sustentar a lógica da eficiência entendida como a acumulação material cada vez mais acelerada.

Aliás, parte da crítica dessalinha de intelectuais é a própria dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido, civilizado-primitivo, centro-periferia, rico-pobre, avançado-atrasado, hegemônico-subalterno, incluído-marginalizado, capital-social, que deu margem às relações de dependência e acordos internacionais desiguais, incentivados pelas teorias da modernização, por exemplo. Segundo Acosta (2012, p. 199), ainda nesse viés, os chamados países pobres, por sua vez, nesse cenário, também apresentavam uma postura de aceitação desse estado, um ato que ele, de certa forma questiona e classifica como de subordinação generalizada e submissão. É claro que, paralelamente, também se vê diferentes processos de resistência e mobilizações no sentido de conquista de participação social ativa. Mas somos historicamente novos na lida democrática. Como diz Paulo Freire (1967, p. 70-71),

toda a humanidade europeia [...] evoluiu, desde os seus primórdios, sob este regime de vivência política. Entre nós, pelo contrário, o que predominou foi o mutismo do homem. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade, com o tipo de colonização que tivemos, vivência comunitária. [...] É que em todo o nosso background cultural,

¹¹ “A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual”, editado pela Vozes, em 1999.

inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública. Não havia povo.

É também neste sentido que o *buen vivir* questiona o desenvolvimento capitalista e, inclusive, as ações das nações tidas como desenvolvidas. Mesmo porque se realmente o são, partiriam do princípio da partilha e do bem-comum, independentemente de outras limitações, afinal, como aponta Acosta (2011, p. 43), “a acumulação permanente de bens materiais não tem futuro”. Além disso, não se parte de uma postura baseada em deveres e obrigações das organizações e instâncias governamentais, mas de uma nova lógica de expansão de competências e potencialidades individuais que, pela junção, dão o coletivo. Também não se trata de criar mecanismos exógenos de desenvolvimento de cada pessoa, mas de prover condições para que cada pessoa possa desenvolver-se de forma endógena.

Para compreender essa noção, há que transcender as visões e concepções de mundo ocidentais. Para tal, convém ater-se ao fato de que, nas cosmovisões indígenas, não há, inclusive, uma ideia aproximada àquela de desenvolvimento, nem, tampouco, a de posse particular de bens materiais ou a de associação entre pobreza como consequência da carência de posse material ou de riqueza como abundância destes, conforme mostram Barranquero (2012a, p. 73) e Acosta (2012, p. 201).

Ademais, essa não é uma discussão tão recente, mas remonta à ideia de decolonização que, *grosso modo*, representa os diversos movimentos contrários à modernidade e à colonialidade, bastante expresso nos processos de independência de países africanos¹². Nas palavras de Catherine Walsh (2016, p. 54-55),

O decolonial não vem de cima, mas de baixo, das margens e bordas, da gente, das comunidades, movimentos, coletivos e processos outros que desafiam, interrompem e transgredem as matrizes modernas/coloniais. O decolonial, neste sentido, não é um estado fixo ou condição; tampouco denota um ponto de chegada. É um processo dinâmico sempre em fase de fazer-se e refazer-se, dada a permanência e capacidade de reconfiguração da colonialidade do poder. É um processo de luta não somente contra, mas – e mais importante ainda – *para*: para a possibilidade de um outro-modo, de modos-outros de ser, estar, pensar, saber, sentir, viver e comunicar. Um processo que engendra e convida à aliança, à conectividade, à articulação e a inter e correlação; que luta pela invenção, criação e intervenção, por sentimentos, significados, horizontes e até educações-comunicações radicalmente diferentes, pelo estar bem coletivo e não somente ao ‘buen vivir’.

Por isso, como defende Acosta (2011), torna-se insustentável qualquer comparação desta proposta do *buen vivir* com qualquer outra de desenvolvimento de perspectiva ocidental. Considera-se, portanto não somente que a ideia tradicional de desenvolvimento

não é sinônimo de bem-estar para a coletividade, mas que está colocando em risco a própria vida da humanidade através de múltiplas deteriorações do equilíbrio ecológico global. Desse ponto de vista, o tão conhecido desenvolvimento sustentável deveria ser aceito, no máximo, como um estágio de trânsito para um paradigma diferente do capitalista, no qual seriam intrínsecas as dimensões de equidade, liberdade e igualdade, incluindo, é claro, a sustentabilidade ambiental (ACOSTA, 2011, p. 43).

Na perspectiva de Acosta (2011, p. 42-56), é incompatível com a proposta do *buen vivir* um estilo de vida fácil para um grupo reduzido enquanto toda a maioria sustenta tais privilégios, já que a acumulação inconsequente de bens materiais também não faz sentido. Aliás, a própria condição de “poder criar riqueza” se despojaria do sentido material para equivaler a uma “ampliação de capacidades” do próprio ser humano.

Tal ideal teria, portanto, suporte em uma economia sustentada, por sua vez, na solidariedade. Fala-se em economia social e solidária quando, diferente da atual, caracterizada pela livre competição e pela especulação financeira, aspira-se em construir relações de produção e cooperação que atendam às necessidades sociais e do interesse público e não do capital privado e das grandes corporações de negócios.

Aspectos teóricos da comunicação para o desenvolvimento

¹² Ver também Walter Mignolo (2010).

a) O “modelo” difusionista de informação

É no contexto do pós Segunda Guerra Mundial mencionado no início deste texto que também se percebeu que tal proposta de modernização requereria ferramentas para a difusão da informação, persuasão e catequização para mudanças de conduta. Assim nascia a “comunicação e desenvolvimento” ou “comunicação para o desenvolvimento”. Mas de qual desenvolvimento estamos falando?

Nesse sentido, algumas teorias tentam dar conta da comunicação em uma perspectiva funcional, pensado basicamente a partir de um modelo simplista e linear centrado em aspectos como fonte, codificador ou transmissor, mensagem, canal, decodificador ou receptor e destinatário. Foram vários os estudiosos que discutiram, analisaram e fizeram propostas e adaptações ao modo de entender a comunicação, como Wilbur Schramm, Harold Lasswell, Robert Ezra Park, Everett M. Rogers, David K. Berlo e Daniel Lerner, a grande maioria a partir de uma ótica difusionista, na perspectiva de “difundir inovações”, parâmetro que reverberava a teoria da modernização, embora acrescentando as noções de feed-back.

Como aponta Everett Rogers (*apud* SERVAES, 2000, p. 15), um dos principais líderes da teoria da difusão, a “comunicação”, nessa linha, implica basicamente em “transferir inovações tecnológicas a partir das agências de desenvolvimento a suas audiências, além de criar uma predisposição para a mudança por meio da conquista de um clima de modernização entre os membros do público”. Apesar de algumas críticas realizadas mais adiante, a orientação vertical e difusionista era clara.

Mais ou menos abertas à psicologia ou à sociologia, algumas ideias centraram-se na análise dos efeitos da comunicação, ainda que, há que se mencionar, com o passar do tempo, esses efeitos e influências tenham sido relativizados, como no caso da teoria de fluxo comunicacional em duas etapas (*two step flow*), da qual Paul Lazarsfeld é um de seus principais expoentes.

Beltrán (2005, p. 8-11) é quem apresenta uma síntese crítica com as principais ideias comunicacionais das visões de autores como: Daniel Lerner, que chegou a defender a extinção da sociedade tradicional para se evoluir para a modernização; Everett Roger, que limitou a definição de inovação a algo percebido como novo por um indivíduo e comunicado aos demais; e Wilbur Schramm, para quem os meios de comunicação de massa configurariam uma atmosfera propícia ao desenvolvimento.

Na prática, o modelo difusionista de comunicação confundia-se com aspectos da modernização, da lógica do capital e do mercado. Mas a partir dos anos 1970 e 1980, algumas críticas começaram a surgir. Até mesmo Everett Rogers revisa suas concepções por considerá-las muito próximas da teoria mecanicista e da matemática da informação. Para ele, então, a comunicação poderia ser entendida como convergência, como um processo em que seus participantes, de forma conjunta e mútua, criam e partilham informações e sentidos com objetivo de alcançar uma compreensão, como mostram os Mattelart (2006, p. 160).

Inúmeras críticas também surgiram, desde a América Latina, por vários intelectuais, entre eles o próprio Luis Ramiro Beltrán (1981), com sua proposta paulofreireana de uma comunicação horizontal e dialógica, o Mário Kaplun (1985), com sua premissa de “ação-reflexão-ação”, o Antonio Pasquali, o Juan Diaz Bordenave, o José Marques de Melo e tantos outros.

Ainda atualmente, os próprios meios de comunicação de lógica convencional, sejam eles com abrangência internacional, nacional ou mesmo regional, de gestão pública ou privada, impressos, digitais, ou multiplataformas, tendem a reproduzir os paradigmas difusionistas e da modernização. Como diz Marques de Melo (1976, p. 32), no caso brasileiro e também, por extensão, de vários outros países latino-americanos, “os ‘media’ têm-se revelado muito mais instrumentos de controle do que de participação social. Isso constitui, de certa maneira, uma decorrência da natureza autoritária que marcou o desenvolvimento político das sociedades latino-americanas, deste os tempos antigos da dominação social”.

b) A comunicação no “modelo” participativo

Paralelamente e, conforme as críticas ao “modelo” difusionista foram se avolumando, começaram também a surgir outros pensamentos e propostas de modelos comunicacionais. Nesse sentido, os latino-americanos foram os precursores a questionar os paradigmas clássicos e propor novos enfoques, como relembra Beltrán (2005, p. 19). Segundo o autor (2005, p. 20),

criticaram-na por perceber a comunicação como um processo unidirecional (monológico) e vertical (impositivo) de transmissão de mensagens de fontes ativas para receptores passivos, em cuja conduta exercem pressão persuasiva para garantir a realização dos efeitos que buscam. Criticando-a por mecanicista, autoritária e conservadora, vários comunicólogos da região assumiram, gradativa, mas resoluta e criativamente, o desenho de diretrizes básicas para a construção de um modelo diferente. Ou seja, começaram a pensar a natureza do fenômeno da comunicação em função de sua realidade econômica, social, política e cultural.

Aos poucos, portanto acontece um processo de ressignificação – ou, ao menos, de ampliação de significado – da palavra “desenvolvimento”, relacionando-o à comunicação. E, para se buscar essa diferenciação, novas expressões também são usadas na expectativa de se melhor refletir uma proposta sustentável e apoiada no ser-humano, tais como, comunicação para a mudança social, comunicação para a cidadania, comunicação participativa, comunicação para a transformação social.

A partir da concepção desse “outro desenvolvimento”, o modelo participativo incorpora noções como horizontalidade e democratização de acesso, no sentido da liberdade de comunicação e do direito à comunicação enquanto poder de comunicar¹³. A proposta é democratizar a comunicação por meio do acesso, representado pelo direito de receber mensagens, pelo diálogo, como direito de emitir mensagens e pela participação, com a culminância da comunicação horizontal, porque proporciona oportunidades de as pessoas se expressarem em condições de igualdade entre emissores e receptores, portanto segundo suas demandas (não apenas individualistas) e livres de interferências.

Como a participação implica em uma “equitativa distribuição do poder econômico e político” (SERVAES, 2000, p. 21), ela também favorece a multiplicidade, a identidade cultural local, o acesso, a autogestão, a horizontalidade e o diálogo. Trata-se, assim, de uma nova cultura de comunicação¹⁴, que coloca as diferenças humanas como centro da atividade comunicativa, resultando em um processo de ação para coordenação de ações entre diferentes, mas que aprendem a se compor, a escutar e a ouvir uns aos outros, conforme defende Jorge González (2015, p. 319-320).

Não obstante esse paradigma também não esteja livre de contradições, aspectos inerentes ao curso de seu aperfeiçoamento constante, interessa-se mais pelo processo e pelo contexto de sua *práxis* do que pelos efeitos, por exemplo, haja vista sua concepção de produção, troca e intercâmbio horizontal de significados e sentidos. É desse processo comunicativo, seja interpessoal ou mediado, que se constrói novos conhecimentos e inovações. Fala-se, então, de uma comunicação que, de forma endógena, nasce das próprias dinâmicas sociais¹⁵.

E se queremos promover um outro desenvolvimento, temos que garantir também uma outra comunicação, ferramenta esta necessária para esse novo marco civilizatório. E esse processo, no atual cenário social, também está em nossas mãos, como lembra Bordenave (2012, p. 5-6), para quem a comunicação em si mesma é um processo neutro que pode ser utilizado para dizer a verdade ou para mentir, para construir ou para destruir, para juntar ou para separar, para educar ou para deseducar. Nas mãos do Professor Paulo Freire, a comunicação se torna instrumento de conscientização; nas mãos de muitos apresentadores de televisão, torna-se promotora toda poderosa do consumismo e avançada do capitalismo. Críticos dos programas infantis da apresentadora brasileira Xuxa lhe atribuem a função de converter os meninos de hoje nos consumidores de amanhã. As faculdades de comunicação formam pessoas organicamente funcionais para os meios comerciais, mas também formam pessoas para os meios públicos e comunitários.

Assim, a comunicação que acontece nessa perspectiva participatória é aquela que tem interesse e foco no desenvolvimento cidadão, que nasce das próprias necessidades de grupos locais, que desenvolve um trabalho autônomo, sem fins comerciais, e que procura favorecer a coletividade. Ela pode se realizar na perspectiva da comunicação popular, comunitária, alternativa e participativa,

¹³ Conforme explicitamos em outro texto. Ver Peruzzo e Volpato (2010) e Peruzzo (2005).

¹⁴ Merino Utreras (1988, p. 28-29) propõe diferentes níveis de participação na comunicação: a) produção; b) tomada de decisões; c) planejamento. Ampliando as possibilidades, mas no mesmo sopro, Peruzzo (2004, p. 144-145) propõem nova classificação: a) mensagens; b) produção de mensagens, materiais e programas; c) planejamento dos meios; d) gestão dos meios.

¹⁵ Ver também Antología de comunicación para el cambio social, organizada por Gumucio-Dagron e Tufte (2008).

quando é forjada e protagonizada no seio de segmentos subalternos organizados e em processo de reivindicação e conquista de seus direitos, mas também na linha da comunicação local desde que, mesmo figurando institucionalmente como empresa, mantém-se firme a vocação de favorecer estratégias de participação popular, construindo e promovendo as identidades locais, primando pelo desenvolvimento integral de seu entorno, aberta à multiplicidade e até à contestação de instituições dominantes ou de instâncias de poder.

Portanto, a comunicação para o desenvolvimento, na perspectiva da comunicação para a cidadania, expressão mais usada no Brasil, ou comunicação para a da mudança social¹⁶ (comunicación para el cambio social), de uso comum em outras partes do mundo, segundo (GUMUCIO-DAGRON, 2011, p. 37), assume-se como um processo de diálogo ou de debate com objetivo elucidativo, ou seja, com prática da tolerância e do respeito, no sentido de esclarecer e resolver alguma questão. Ela prima, então, mais pela dinâmica educativa que se dá no processo participativo do que pelo produto que se tem como resultado ou por seus efeitos na audiência. Ou seja, mesmo que o produto não tenha alta qualificação técnica, já cumpriu uma função social.

c) Como seria a comunicação a partir da lógica do *buen vivir*?

Apesar das discussões sobre as premissas de “pós-desenvolvimento” a partir da ótica do *buen vivir* terem seu início em 1998, a partir de Euclides Mance, como se disse anteriormente, ainda são incipientes as aproximações e articulações entre tal proposta e a Comunicação. Alejandro Barranquero (2012a, 2012b) tem sido um dos precursores teóricos nesse sentido, conforme também já registraram Denise Cogo, Catarina Oliveira e Daniel Lopes (2013, p. 10).

A própria nomenclatura “comunicação para a mudança social”, segundo a crítica de Barranquero (2012a, p. 65-66), já denuncia seu vínculo com as primeiras propostas dos modernizadores, uma vez que insiste na comunicação como uma ferramenta que apoia os objetivos particulares e específicos, como o desenvolvimento, a cidadania, o meio-ambiente e assim por diante. Traz, portanto, uma concepção da comunicação como instrumento, o que acentua seu caráter acessório, em um esquema fragmentado de conhecimento, ignorando até mesmo sua natureza híbrida e interdisciplinar. Com esse olhar, o autor (2012a, p. 66) questiona o uso da preposição “para” e defende o uso de uma simples conjunção “e”, como, por exemplo, em “comunicação e gênero” e até em “educomunicação”.

Talvez um passo adiante esteja embutido das concepções de comunicação para a cidadania e comunicação para a transformação social, mais presentes na literatura brasileira (PERUZZO, 2014), noção que, desde o início, procurou se desviar da ideia básica da “comunicação e desenvolvimento” na linha desenvolvimentista, embora na prática o enquadramento às perspectivas do desenvolvimento ocidental – mesmo que refundadas – exista do mesmo modo que a concepção de “comunicación para el cambio social”, comumente usada na América Latina, que, por sua vez, parece não se distanciar dos fundamentos do desenvolvimento ocidental, embora defenda sua reelaboração.

Reconhece-se a nova concepção crítica que a noção de “mudança social” trouxe para o sentido mercantilista que exalava da ideia originária de desenvolvimento. Contudo, por carregar certa herança assistencialista, ela ainda parece não dar conta da hibridez do fenômeno comunicacional e de seus vínculos sincrônicos com o indivíduo, com o coletivo e com o meio social.

Por conseguinte, Barranquero (2012a, p. 66-67) também aponta para a ótica excessivamente universalista e instrumental, constante na comunicação para a *mudança social* (comunicación para el cambio social), que também seria proveniente de uma sociologia funcionalista norte-americana. Ainda tal perspectiva acaba por ignorar a multiplicidade e a complexidade dos diferentes tecidos que compõe a vida em modelo coletivo ao incentivar uma metodologia de mudança a partir de uma base comum ao grupo, o que tende a menosprezar a importante dimensão individual do desenvolvimento. Aliás, são as próprias mudanças capazes de desenvolver habilidades individuais para que cada sujeito tenha condições próprias de, em um processo de liberdade, desenvolver-se da

¹⁶ Ver também “Communication for Social Change: a position paper and Conference report”, de Gray-Felder e Deane (1999). Segundo esse relatório de reuniões que aconteceram em Bellagio (Itália) e em Cidade do Cabo (África do Sul), entre 1997 e 1998, a comunicação para a mudança social pode ser “um processo de diálogo público e privado pelo qual as pessoas definem quem são, o que querem e como o querem. A mudança social é definida como a mudança na vida das pessoas, uma vez que elas mesmas definam esta mudança. Este trabalho busca particularmente melhorar a vida dos marginalizados política e economicamente e é formado por princípios de tolerância, autodeterminação, equidade, justiça social e participação ativa para todos” (GRAY-FELDER; DEANE, 1999, p. 8).

forma que julgar mais justa e equânime. Assim sendo, a concepção de “comunicação para el cambio social”, apesar de ressignificar sentidos da “comunicação para o desenvolvimento” parece não dar conta do que seria a comunicação no contexto do *buen vivir*.

Uma terceira crítica diz respeito à concepção da mudança social ser a mesma do desenvolvimento, reciclando e preservando a mesma essência. Toda e qualquer mudança sempre aponta para um processo de evolução, de movimento rumo a um objetivo ou a uma direção (*telos*). Mas, segundo a perspectiva do *buen vivir*, essa ideia ainda reproduz a do crescimento econômico ou, ainda, se relaciona ao aumento da capacidade de consumo ou da produção ilimitada. Como alerta Barranquero (2012a, p. 67),

o novo paradigma da comunicação para a mudança social apela ao endógeno, mas preserva inconscientemente o traçado exógeno e universalista que tão trágicos resultados trouxeram para os recursos do planeta. Se uma das premissas do comunicador para a mudança é o respeito pela autonomia e diversidade das culturas, não podemos seguir insistindo na ideia de desenvolvimento ou de progresso, especialmente porque há grupos que não querem ou não precisam mudar, mas manter e consolidar suas antigas estruturas. Por outro lado, outras culturas, como as do capitalismo avançado, estão obrigadas a decrescer ou, ao menos, a articular uma relação mais harmônica com a natureza. Em suma, o ser humano precisa da comunicação e da cultura não para evoluir em qualquer direção, mas para pensar ou articular antigas e novas cosmovisões e modos de vida, consistentes com a solidariedades comunal e com a sustentabilidade da vida humana na Terra.

A comunicação na perspectiva do *buen vivir* traz, portanto, uma oportunidade de se repensar concepções. Dessa forma, a comunicação é vista a partir de suas múltiplas relações com as também múltiplas esferas que compõem a vida humana, isto é, como “parte constituinte e constitutiva de uma nova cosmovisão que ajude a integrar as dimensões da cultura e da natureza”, como orienta Barranquero (2012b, p. 9). Trata-se de uma comunicação desocidentalizada, ou seja, livre de qualquer herança de matriz capitalista, e entendida como direito humano¹⁷.

Ao nosso ver, a práxis da comunicação popular, comunitária e alternativa, quando realizada na plenitude dos vínculos comunitários e nos consequentes processos de participação e coletivização, tanto em termos de comunicação interpessoal e grupal, quanto daquela mediada por canais tecnológicos, aponta para uma comunicação correlata ao que se espera de sua consecução no contexto da prática do bem viver.

Como se parece, o desafio é, portanto, no sentido de criar condições e estratégias para se pensar uma comunicação para sair do desenvolvimento¹⁸, já que a proposta é de abandonar a tal concepção linear de progresso, que parte de um presumível estado menos evoluído, ou seja, de “subdesenvolvimento”, para a conquista de um outro, o desenvolvido, no sentido de constituído para o desenvolvimento integral da pessoa em harmonia com a natureza. Na visão de Chaparro (2015, p. 170-171), o pós-desenvolvimento propõe uma postura completamente oposta ao desenvolvimento, sendo que “o urgente, agora, é começar a saber contar a realidade por meio de uma narrativa contra o doutrinamento do sistema, que denuncie a perversão terminológica a partir da qual se constrói nosso cotidiano”.

Em decorrência das reflexões apresentadas, resta-nos, ainda assim, pontuar quão oportunos parecem ser os apontamentos e críticas acerca das inter-relações entre comunicação e desenvolvimento e comunicação e transformação social, permitidos sob a luz do *buen vivir*, não obstante esse seja uma proposta ainda em curso, principalmente quando relacionado à comunicação social. Portanto, trata-se de algo que necessita de melhores aprofundamentos e de sua viabilização na vida concreta das sociedades. Uma pergunta ainda em aberto é: como aplicar seus princípios no processo de libertação da mercantilização social e das marcas da dependência e da modernização? A proposta de ruptura de paradigmas aponta para novos horizontes conceituais e epistemológicos de desenvolvimento e coaduna com a expectativa e a esperança na construção de um mundo de justiça, liberdade e paz, tão presentes em outros conceitos que discutem o desenvolvimento centrado na primazia do ser humano sobre o mercado. Contudo, essa proposta também se expressa na práxis das comunidades de nações indígenas e de outros povos fundados nos princípios do *nosotros*, da comunalidade, do comum.

¹⁷ Ver Peruzzo e Volpato (2010) e Peruzzo (2005).

¹⁸ Ver a noção de pósdesenvolvimento de Barranquero e Sáez-Baeza (2015) e também de Manuel Chaparro (2015).

Considerações finais

O tema do desenvolvimento não é novo, apesar de ser atual e relevante. É, ainda, pouco tratado na literatura do campo da Comunicação. A questão do desenvolvimento não está resolvida. O mundo vive imensas contradições revelando que os paradigmas de desenvolvimento que se tornaram dominantes estão em crise e, como tal, as da comunicação que se realiza nesse bojo. O capitalismo está em crise. As crises abrem as possibilidades para um *vir-a-ser*, além de inspirarem a geração de iniciativas capazes de contribuir na superação delas, pela força das contradições.

Desse modo, os paradigmas de desenvolvimento em curso, bem como os conceitos e processos de comunicação que lhe são correspondentes são passíveis de críticas, revisões e superações. Esse é o sentido de tantos conceitos já (re)elaborados sobre o desenvolvimento, sobre a comunicação para o desenvolvimento ou comunicação para a cidadania.

Se, por um lado, os conceitos que se fizeram paradigmáticos tornam-se questionáveis, por outro, além de surgirem profundas críticas a eles, são geradas propostas mais ousadas de um desenvolvimento distanciado dos padrões do capitalismo ocidental. Os conceitos de comunicação na perspectiva do bem viver estão mais para as críticas ao que não deve ser a partir dos paradigmas atuais do que de formulações propositivas específicas. Como tal, urge a elaboração conceitual nesse sentido, porém nos parece que muito já pode ser encontrado nas elaborações teóricas mais ousadas de participação popular na comunicação popular, comunitária e alternativa. O que quer dizer uma comunicação capaz de transcender ao mero ajustamento às condições de produção e reprodução capitalista. Talvez, a plenitude desse desenvolvimento possa estar sendo expressa no *buen vivir*. Afinal, este se alinha à ideia de pós-desenvolvimento, ou seja, algo que se realizaria como etapa posterior ao desenvolvimento nos padrões do modo de produção capitalista.

As teorias do desenvolvimento e, conseqüentemente, as da comunicação para o desenvolvimento são historicamente inter-relacionadas com os interesses políticos e econômicos das classes no exercício do poder. As propostas substanciais da concepção do *buen vivir*, ainda em elaboração, dependem de sua adoção concreta enquanto política de Estado, mas esbarra na força e vicissitudes do “modelo” desenvolvimentista ainda em vigor, embora haja sinais de mudança mundo a fora.

Referências

ACOSTA, Alberto. O buen vivir – uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid. **Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-BöllStiftung, 2012.

_____. El buen (con)vivir, una utopía por (re)construir. Alcances de la Constitución de Montecristi. **Obets. Revista de Ciencias Sociales**. Universidad de Alicante, 6, n. 1, p.35-67, 2011.

AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**. Universidade Estadual de Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan-abr 2017.

BARÁN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARRANQUERO, Alejandro. De la comunicación para el desarrollo a la justicia ecosocial y el buen vivir. **Cuadernos de Información y Comunicación**. Universidad Complutense de Madrid, v. 17, 2012a.

_____. Comunicación participativa y dominios del Vivir Bien. Una aproximación conceptual. **Actas – IV CONGRESO INTERNACIONAL LATINA DE COMUNICACIÓN SOCIAL / IV CILCS**. Universidad de La Laguna, dezembro 2012b.

BARRANQUERO-CARRETERO, Alejandro; SÁEZ-BAEZA, Chiara. Comunicación y buen vivir. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. **Palabra Clave**. Universidad de Sabana, v. 18, n. 1, p. 41-85, mar. 2015.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Revista Comunicação & Sociedade**. Universidade Metodista de São Paulo, n. 6, p. 5-35, set., 1981.

_____. La Comunicación para el desarrollo en latinoamericana: un recuento de medio siglo. III CONGRESO PANAMERICANO DE LA COMUNICACIÓN. Universidad de Buenos Aires, julho de 2005.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. La comunicación y el nuevo mundo posible. **Razón y Palabra**. Monterrey, IM, n. 80, agosto-outubro 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 495-520.

COGO, Denise; OLIVEIRA, Catarina T. F.; LOPES, Daniel B. **Buen vivir e a crítica ao desenvolvimento**: reposicionando a comunicação e a cidadania no pensamento latino-americano. XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Universidade Federal da Bahia, Salvador, junho 2013.

COMO A GRANDE INDÚSTRIA viciou o Brasil em Junk Food. **The New York Times**, Fortaleza (CE), 16 set. 2017. Disponível em: <https://nyti.ms/2jyfkqD>. Acesso em 22 abr. 2019.

CONTEÇOTE, Marcelo L. Metodologias de desenvolvimento comunitário: um olhar interdisciplinar. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, Maria Alice C. (Orgs.). **Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil**: sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: UESP, 2015. p. 79-102.

CHAPARRO, Manuel. Comunicación, posdesarrollo y decrecimiento. In: AMADO, Adriana; RINCÓN, Omar (Org.). **La comunicación en mutación**: remix de discursos. Bogotá, Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2015. p. 157-173.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, W. (Org.). **Diccionario del desarrollo**. Un guía del conocimiento como poder. Perú: PRATEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GRAY-FELDER, Denise; DEANE, James. **Communication for Social Change**: a position paper and Conference report. The Rockefeller Foundation, 1999.

_____. **Entre cultura(s) y cibercultur@(s)**: incursiones y otros derroteros no lineales. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. **Signo y Pensamiento**. Bogotá, Javeriana, v. XXX, p. 26-39, jan/jun 2011.

GUMUCIO-DAGRON, A. G.; TUFTE, T. (Orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. Lecturas históricas e contemporáneas. La Paz: Plural, 2008.

- KAPLUN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.
- MANCE, Euclides. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. A. Libertação e bem-viver. **Revista Filosofaze**, Passo Fundo, n. 46, jan/jul 2015.
- MARQUES DE MELO, José. **Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação**. São Paulo: Vozes, 1976.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MERINO UTRERAS, Jorge. **Comunicación popular, alternativa y participatória**. Quito: Ciespal, 1988.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del signo, 2010.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, ALAIC, v. 3, p. 18-53, 2005.
- _____. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: MONTEIRO NETO, Aristides (Org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.
- PERUZZO, Cicilia M. K; VOLPATO, Marcelo de O. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. **Líbero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009.
- PERUZZO, Cicilia M. K; VOLPATO, Marcelo de O. Rádio comunitária e liberdade de expressão no Brasil. **Chasqui**, Quito, Ciespal, v. 109, p. 39-43, 2010.
- SANTOS, Theotônio dos. A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico. **REGGEN /A rede**, [s.l.: s.d]. Disponível em: www.reggen.org.br/midia/documentos. Acesso em: 2 jul.2012. (Versão em espanhol: La teoría de la dependencia: balance y perspectivas. México: Plaza y James, 2002.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo Instituto Ayrton Senna, 2000.
- SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Temas y Problemas de Comunicación**, Rio Cuarto, Facultad de Ciencias Humanas/UNRC, a. 8, v.10, p. 7-27, 2000.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- WALSH, Catherine. ¿Comunicación, Decolonización y Buen Vivir? Notas para enredar, preguntar, sembrar e caminar. In: CABALLERO, Francisco Sierra; MALDONADO, Claudio (Orgs.). **Comunicación, decolonialidade y Buen Vivir**. Quito, Ecuador: Ediciones CIESPAL, 2016.
- WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.